



Comissão Nacional de Política Indigenista
Histórico da discussão sobre o
ESTATUTO DOS POVOS INDÍGENAS

Histórico da discussão sobre o Estatuto dos Povos Indígenas no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista

A discussão sobre o Estatuto dos Povos Indígenas, proposta pela Subcomissão de Assuntos Legislativos da Comissão Nacional de Política Indigenista, atende o estabelecido pelo ato de criação da Comissão Nacional de Política Indigenista, o Decreto de 22 de março de 2006, Artigo 2º, Inciso V, no qual se define como competência da CNPI, entre outras: “Propor a atualização da legislação e acompanhar a tramitação de proposições e demais atividades parlamentares relacionadas com a política indigenista”.

Nesse sentido, foi aprovada pelo plenário da CNPI a proposta de realização de um Seminário Nacional e de 10 oficinas regionais, com a participação de representantes indígenas de todo o país, para a apresentação de propostas visando à atualização do Estatuto dos Povos Indígenas.

A decisão de dar início às consultas para atualização do Estatuto dos Povos Indígenas, sob a coordenação da CNPI, foi tomada diante do fato de que se encontrava prestes a entrar em discussão, no Congresso Nacional, um anteprojeto de lei tratando sobre a mineração em terras indígenas. Tendo a CNPI considerado que o debate do referido tema deveria acontecer no âmbito do Estatuto dos Povos Indígenas, em face do que a bancada indígena buscou acordo com o Congresso a fim de que este aguardasse a apresentação de uma nova proposta de texto para o Estatuto antes de colocar em votação a anteprojeto de lei sobre mineração.

Dando início aos esforços para realizar as consultas regionais, entre os dias 13 e 15 de agosto de 2008 foi realizado, em Brasília, um Seminário Nacional, com a finalidade de definir estratégias e preparar os representantes da CNPI que estariam envolvidos com a realização das oficinas regionais. O seminário foi importante para o nivelamento de informações, definição da metodologia a ser utilizada nas oficinas, discussão inicial de propostas para revisão do Estatuto, entre outras providências.



**Comissão Nacional de Política Indigenista
Histórico da discussão sobre o
ESTATUTO DOS POVOS INDÍGENAS**

Conforme definido pela Plenária da CNPI, as oficinas regionais para discussão do Estatuto ocorreram entre os meses de setembro e novembro de 2008, nas seguintes cidades: Imperatriz, Recife, Campo Grande, Manaus, Belém, Fortaleza, Rio Branco, Cuiabá, Curitiba, Ilhéus, contando com a participação de aproximadamente 1.150 representantes indígenas.

Como opção metodológica, optou-se por tomar por base para a discussão do Estatuto o Substitutivo ao Projeto de Lei 2057, de 1994, tendo em vista que este texto é o que tem validade, pois foi discutido na Câmara dos Deputados e aprovado em Comissão Especial.

Ao fim das 10 oficinas regionais, foi realizada em Brasília, em dezembro de 2008, a primeira reunião de sistematização das propostas obtidas nas oficinas. Desta reunião participaram os coordenadores indígenas das oficinas regionais, integrantes da Subcomissão de Assuntos Legislativos e Secretaria Executiva da CNPI.

Os resultados da reunião de sistematização foram apresentados na 7ª Reunião Ordinária da CNPI, realizada em dezembro, em Brasília, quando se deliberou pela realização de uma reunião específica para tratar do Estatuto dos Povos Indígenas, a se realizar nas cercanias de Brasília, a fim de proporcionar maior concentração e assim se avançar na definição do novo texto.

Em atendimento a esta deliberação, realizou-se 3ª Reunião Extraordinária da CNPI, em fevereiro de 2009, no Hotel Fazenda Cabugi, localizado em Alexânia, a segunda reunião de sistematização das propostas de atualização do Estatuto dos Povos Indígenas.

Na reunião, foi feita a análise das propostas vindas das oficinas regionais, conforme sistematização feita pela Secretaria Executiva da CNPI, na qual se fez o mapeamento das posições divergentes e convergentes com relação aos diferentes temas discutidos nas oficinas. As propostas foram então cotejadas ao texto do Substitutivo ao PL 2057, de forma a se verificar quais já estariam ou não contempladas, apresentando-se nova redação quando necessário.

Como encaminhamento desta reunião, foram criadas comissões temáticas com o objetivo de apresentar proposta de texto, já no formato de articulado, a ser apresentado na 8ª Reunião Ordinária da CNPI.



Comissão Nacional de Política Indigenista
Histórico da discussão sobre o
ESTATUTO DOS POVOS INDÍGENAS

Prosseguindo na definição da proposta de novo texto para o Estatuto, foi realizada em Brasília, em março de 2009, a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista, que foi a terceira reunião dedicada exclusivamente ao Estatuto dos Povos Indígenas.

Na plenária da 8ª Reunião Ordinária da CNPI procedeu-se à discussão e aprovação de vários capítulos da nova proposta de Estatuto. No entanto, tendo em vista dúvidas em termos de questões jurídicas, e ainda devido a não haver tempo hábil para se esgotar plenamente todos os temas, foi deliberado pela realização de uma nova reunião ordinária para aprovação do texto do Estatuto proposto pela CNPI.

Tendo em vista a necessidade de assessoria jurídica para se sanar várias dúvidas surgidas ao longo da discussão, foi criado um Grupo de Trabalho técnico, coordenado pelo Procurador Jurídico da Funai, Antonio Salmeirão e Paulo Guimarães – Cimi, contando com a participação da 6ª Câmara do Ministério Público, Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Coordenação Geral de Direitos Indígenas da Funai, entre outros.

Ao GT foi atribuída a responsabilidade de rever o texto, abordando as pendências indicadas plenária da 8ª Reunião Ordinária, devendo o texto resultante de sua análise ser apresentado na próxima reunião da CNPI.

Finalmente, foi realizada em Brasília, entre os dias 28 e 30 de abril de 2009, a 9ª Reunião Ordinária da CNPI, dedicada exclusivamente às deliberações relacionadas ao novo texto de Estatuto dos Povos Indígenas.

No entanto, tendo em vista discordâncias quanto às propostas apresentadas pelo GT técnico, falta de consenso em determinados temas, e também por falta de tempo hábil, não foi possível concluir a aprovação do texto de Estatuto dos Povos Indígenas, que ficou a ser definido em uma próxima reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista.

Desta forma, a 9ª Reunião Ordinária da CNPI, realizada entre os dias 28 e 30 de abril de 2009, em Brasília, foi também dedicada exclusivamente à discussão dos pontos pendentes no texto do Estatuto. Conforme proposto pela bancada indígena, o texto da CNPI para o Estatuto foi a seguir discutido e trabalhado com indígenas de todo o país, reunidos no Acampamento Terra Livre, em



**Comissão Nacional de Política Indigenista
Histórico da discussão sobre o
ESTATUTO DOS POVOS INDÍGENAS**

Brasília, por uma semana, período este durante o qual debateram o texto, esclareceram dúvidas e apresentaram sugestões, contando também com a participação de representantes de órgãos do governo relacionados aos diferentes temas abordados no Estatuto. As sugestões obtidas no Acampamento foram então sistematizadas para apresentação na próxima reunião da CNPI, destinada à aprovação do texto final da proposta da Comissão.

A discussão sobre a proposta da Comissão Nacional de Política Indigenista para o novo texto do Estatuto dos Povos Indígenas foi concluída na 4ª Reunião Extraordinária da CNPI, realizada nos dias 4 e 5 de maio de 2009, em Brasília, contando com os seus membros indígenas titulares e suplentes, com os representantes governamentais e convidados, entre assessores indígenas e técnicos dos órgãos de Governo relacionados aos temas em discussão. Nesta reunião foram analisadas as propostas obtidas no Acampamento Terra Livre e deliberado por sua inclusão no texto da CNPI, ao mesmo tempo em que se finalizou a discussão dos pontos em que não se havia obtido consenso ainda.

Ao final da 4ª Reunião Extraordinária foi considerada aprovada a proposta de texto da Comissão Nacional de Política Indigenista para o Estatuto dos Povos Indígenas, a ser entregue pela bancada indígena ao presidente do Congresso Nacional no decorrer da 10ª Reunião Ordinária da Comissão.

Em atendimento ao compromisso firmado entre o governo, por meio do Ministério da Justiça, e a bancada indígena da CNPI, no sentido de apoiar os esforços da Comissão com relação à retomada da discussão do tema no Congresso Nacional, no dia 05 de agosto de 2009 o Ministro da Justiça, Tarso Genro, encontrou-se com o Presidente do Congresso, Michel Temer, e entregou em mãos a proposta de texto resultante dos trabalhos da CNPI. E, finalmente, durante a 10ª Reunião Ordinária da CNPI, uma delegação de representantes indígenas e da sociedade civil, acompanhada da Secretária Executiva da Comissão Nacional de Política Indigenista, entregou a proposta oficialmente ao presidente do Congresso Nacional, oportunidade esta na qual foi reiterada a solicitação de que o tema seja retomado, com a instalação de comissão especial para tratar dos projetos de lei relacionados aos povos indígenas, em especial do Estatuto dos Povos Indígenas.